



## Antonio Carlos faz o seu jogo

Talvez tão importante quanto o discurso com que o senador Antonio Carlos Magalhães requereu a abertura de uma CPI para investigar irregularidades praticadas por membros do Judiciário foi o discurso que se lhe seguiu, pronunciado pelo senador Roberto Freire (PPS-PE). O senador advertiu que, ao pôr em confronto dois dos três Poderes do modelo constitucional republicano, o presidente do Congresso Nacional criou a possibilidade de que se produza um cenário de impasse institucional no País, com efeitos deletérios para o regime democrático.

Ao longo do seu também extenso discurso, Antonio Carlos ressaltou, porém, que o objetivo da sua iniciativa não é, nem será, o de investigar as atribuições e competências constitucionais da magistratura. Ele, aliás, sublinhou inúmeras vezes que seu alvo não é o Judiciário enquanto um dos Poderes do Estado, que devem ser autônomos e independentes entre si, mas sim o que chamou de maus juizes, que se aproveitam do cargo para empregar parentes, para desperdiçar recursos públicos construindo prédios desnecessários, ou que expedem sentenças que a todos parecem impróprias, absurdas e chocantes.

"Poder Judiciário forte é pilar da democracia", afirmou Antonio Carlos antes de assegurar que a investigação por ele requerida não irá produzir impasse político-institucional, nem irá

paralisar o processo parlamentar decisório, porque ele, com o poder que julga ter, não permitirá. Aos senadores que mais tarde apartearam Roberto Freire, entre eles Pedro Simon (PMDB-RS), Geraldo Melo (PSDB-RN), Saturnino Braga (PDT-RJ), Paulo Hartung (PSDB-ES) e Marina Silva (PT-AC), a "garantia" dada pelo presidente do Congresso lhes pareceu "pretenciosa" e um sinal de que, na verdade, a CPI do Judiciário poderá mesmo se tornar um fator de impasse político, quase "um salto no escuro", conforme ressaltou Geraldo Melo.

O discurso de Freire representou a primeira reação ao fato gerado por Antonio Carlos, que, entretanto, não ficou no plenário para ouvi-lo. Falando para um plenário esvaziado, Freire observou que uma investigação que parte, como deseja o seu autor, de discussões sobre sentenças expedidas por juizes, no gozo pleno das prerrogativas de indepen-

dência e autonomia do poder estatal que integram, tenderá a produzir um cenário de incerteza e crise. Ele quis dizer com isso que não há como deixar de ser grave para a democracia um quadro em que juizes podem ser chamados a depôr para explicar a natureza de suas decisões no julgamento de causas judiciais.

Embora tenha conseguido número de assinaturas suficiente para instalar a CPI (49 senadores haviam assinado o requerimento até o início da noite), o senador Antonio Carlos ainda

não tem certeza absoluta de que a investigação será mesmo realizada. Para que uma CPI seja instalada, e funcione, é preciso que os partidos designem e orientem os seus representantes a comparecerem às sessões. O maior partido da Casa, o PMDB, através de seu líder Jáder Barbalho (PA), orientou a bancada a assinar o pedido de CPI, mas condicionou a participação do partido ao funcionamento das CPIs do Sistema Financeiro e das Empreiteiras cujos requerimentos para instalação foram aprovados mas nunca implementados, por desinteresse do Governo e sua maioria congressional.

O receio da crise institucional não preocupa os principais gabinetes do Governo, incluindo entre eles o do presidente Fernando Henrique Cardoso. A análise corrente nos corredores do Executivo ontem era de que, no mínimo, a ofensiva desencadeada por Antonio Carlos viabilizará a reforma do Poder Judiciário, por pelo menos um efeito: o medo da CPI enfraquecerá o lobby do Judiciário, formado por magistrados e advogados interessados em preservar mercado de trabalho e "privilégios", na visão do senador.

A força da pressão organizada, especialmente da magistratura de primeiro grau, vem impedindo, por exemplo, a definição do teto salarial dos três Poderes. Em 1977, em plena ditadura militar, o general Ernesto Geisel fechou o Congresso para fazer uma reforma do Judiciário, que os congressistas e o próprio Judiciário recusavam, editando o primeiro dos pacotes autoritários, que ficou famoso como "o pacote de abril".

E-mail: [ariosto@agestado.com.br](mailto:ariosto@agestado.com.br)

Ariosto Teixeira escreve de terça a domingo

**Em 1977** o general Ernesto Geisel fechou o Congresso para reformar o Judiciário, editando o "pacote de abril"